

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO

MEMORIAL1. - EVOLUÇÃO DO TURISMO EM 1979

	<u>Janeiro/Agosto</u>	<u>Varição em relação a 1978</u>
Total de estrangeiros entrados	3.355.194	+ 44,6%
	<u>Janeiro/Abril</u>	
Receitas Turísticas	9,2 milhões de contos	+ 122 %

Sõ no mês de Agosto entraram em Portugal 1.058.629 estrangeiros dos quais 815.923 (números provisórios) de espanhóis.

Nos 8 primeiros meses deste ano entraram em Portugal mais estrangeiros do que durante todo o ano de 1977 e o dobro de todo o ano de 1975.

Por falta de capacidade hoteleira muitos dos espanhóis que nos visitaram tiveram de dormir nos seus próprios automóveis e em campismo selvagem.

Se não se avançar rapidamente com o acabamento dos hotéis em construção (hã 6 e 7 anos!) corre-se o risco de, na próxima época, ter de recusar turistas o que, obviamente, nos anos futuros levarã os operadores internacionais a desviar os seus clientes para outros países.

2. - TURISMO SOCIAL

O turismo social, como actividade orientada para a satisfação das necessidades das classes mais desfavorecidas, implica:

- lançamento de iniciativas por entidades sem fim lucrativo;
- prática de preços consentânea com a capacidade de compra dos utentes e independente dos custos;
- subsídios do Estado ou de organizações subsidiadas.

Por tais razões, na generalidade dos países, este tipo de turismo é matéria fora do âmbito dos Ministérios do Turismo orientados fundamentalmente para o turismo entendido como actividade económica, ficando o turismo social no âmbito ou dos Ministérios do Trabalho ou dos Assuntos Sociais.

.../...





No entanto a Secretaria de Estado do Turismo tem orientado a sua actividade no sentido de apoiar também o turismo social mediante:

- a) apoio técnico e financeiro à criação de parques de campismo;
- b) lançamento de iniciativas tendentes a proporcionar férias às camadas populacionais de mais baixos rendimentos pelo oferecimento de programas de férias a preços mais reduzidos;
- c) apoio ao turismo de emigrantes;
- d) lançamento, com início no corrente ano, do "turismo de habitação".

Para lá disso, mediante a mobilização de algumas verbas, a Secretaria de Estado do Turismo tem vindo a apoiar iniciativas a nível local e regional que se podem enquadrar no âmbito do turismo social:

- a) financiamento de actividades culturais e recreativas;
- b) financiamento de iniciativas tendentes a desenvolver o folclore e o artesanato;
- c) apoio ao turismo termal.

Uma maior participação da Secretaria de Estado do Turismo neste domínio, exige que as suas dotações orçamentais sejam reforçadas criando-se uma rubrica para tal fim e a criação de esquemas de financiamento extremamente aliciantes com vista à criação de estruturas de alojamento adequadas à capacidade de compra dos trabalhadores.

3. - APROVEITAMENTO DOS PERÍODOS DE MAIS FRACA OCUPAÇÃO HOTELEIRA E MELHOR ESCALONAMENTO DAS FÉRIAS

A excessiva concentração das férias no período de verão provoca problemas de vária ordem dos quais se destaca:

- a) dificuldades de abastecimento de géneros alimentares;
- b) intensificação do tráfego automóvel e movimento de pessoas com consequente aumento de desastres, tensões e sobrecarga do equipamento social;
- c) mau aproveitamento da capacidade disponível e exigência de investimentos com reduzida viabilidade económica: parques de campismo com utilização de dois a três meses e equipamento hoteleiro desutilizado durante largos meses do ano;
- d) excessiva pressão nos consumos de água e electricidade nos períodos de maiores carências.

.../...



A necessidade de provocar um melhor escalonamento de férias já se põe há muito e a Secretaria de Estado do Turismo tem vindo a analisar cuidadosamente o problema, quer a nível interno, quer acompanhando o estudo de medidas que se tem procurado lançar a nível internacional (mormente no seio da O.C.D.E. e da O.M.T.).

A atenuação do problema passa, nomeadamente, por:

- a) melhor distribuição anual das férias escolares;
- b) incentivos a adoptar pelas empresas para que os trabalhadores gozem as suas férias ou parte delas nos períodos de baixa estação;
- c) legislação de trabalho que permita maior flexibilidade na fixação de férias;
- d) consciencialização dos trabalhadores e da população em geral sobre os benefícios advenientes de uma prática de férias nos períodos baixos;
- e) prática concertada de preços mais acessíveis nas épocas mortas;
- f) lançamento de estruturas de animação e recreativas que permitam, também nas épocas mortas, passar férias idênticas às de verão;
- g) promoção de programas de férias específicas de baixa estação (caça, pesca, desportos, etc.).

A Secretaria de Estado do Turismo lançou, no ano passado, uma campanha denominada "Faça Férias Repartidas" e que se irá lançar novamente no corrente ano, a partir de Outubro, a fim de:

- a) mostrar as vantagens do escalonamento de férias;
- b) consciencializar as entidades competentes em matéria de fixação de férias para a necessidade de se adoptarem esquemas de férias mais adequados;
- c) favorecer a prática de preços reduzidos nas épocas baixas em termos tais que introduzam uma compensação real à não fixação de férias durante o verão;
- d) lançamento de programas aliciantes para prática de férias nas épocas baixas.

O êxito desta iniciativa depende, contudo, da adesão das empresas, dos sindicatos e dos Ministérios do Trabalho, dos Assuntos Sociais e da Educação em termos da modificação institucional da prática de férias.

.../...



4. - HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

O sistema actual de horário diário e de encerramento aos sábados, domingos e feriados impede o turismo de desenvolver o conjunto das suas potencialidades. Aliás, é bem conhecido o facto de na época de Páscoa, Portugal ser visitado por centenas de milhares de espanhóis que encontram os estabelecimentos encerrados, regressando com as divisas com que entraram.

Quer o turista - visitante de mais de 24 horas - quer o excursionista (que em número é o dobro daquele) são bons compradores no comércio de retalho em geral (permitindo uma exportação de produtos portugueses no interior do país) que pode representar uma quota significativa no gasto médio turista/dia. As compras representam mesmo a quase totalidade do gasto do excursionista.

Trata-se de uma questão importante a ser resolvida por acordo entre as Câmaras Municipais, as Associações Patronais e os Sindicatos.

A resposta à intervenção da Secretaria de Estado do Turismo neste domínio tem sido bastante negativa baseada no facto de que não é entidade competente na matéria. Até agora a única resposta favorável foi do Banco de Portugal relativamente ao funcionamento das agências bancárias.

5. - PLANEAMENTO TURÍSTICO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA - GEREZ

Esta área encontra-se definida e abrangida por um plano de ordenamento elaborado pela Secretaria de Estado do Ambiente - Parque da Peneda - Gerez, entidade que tem completa jurisdição sobre a área. ?

No entanto a Secretaria de Estado do Turismo considera que a zona possui amplas potencialidades no campo turístico devendo o seu aproveitamento, neste domínio, ser objecto também da sua intervenção.

Até agora a Secretaria de Estado do Turismo, através da Direcção-Geral do Turismo, tem-se limitado a colaborar na definição das estruturas turísticas a levar a efeito na zona a solicitação do Parque. Entende, porém, que a sua participação deve ser mais activa e iniciar-se por um planeamento elaborado em conjunto.

Estão a ser efectuados contactos com esse objectivo.

.../...



6. - APROVEITAMENTO TURÍSTICO DE VILA NOVA DE MILFONTES

A Secretaria de Estado do Turismo entende que a prioridade no aproveitamento turístico deve ser dada ao Algarve, Tróia e Costa do Estoril onde o desenvolvimento turístico é já uma realidade mas onde existem carências que comprometem o seu futuro, nomeadamente no domínio do saneamento básico, redes viárias, abastecimento de água e aeroportos.

A incapacidade de resposta na resolução destes problemas (a falta de saneamento básico tem dado lugar ao aparecimento de doenças no Algarve e a inexistência de estruturas de retenção de águas leva a que naquela província se corra o risco de não se poder aumentar o seu parque hoteleiro) desaconselham o lançamento de novas zonas turísticas sem que se assegure que aquelas que oferecem condições imediatas de aproveitamento tenham resolvidas as suas carências básicas.

No entanto a área de Vila Nova de Milfontes está abrangida por um plano de urbanização elaborado pela Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico.

A Câmara Municipal de Odemira tem vindo a seguir a concretização do referido plano, pelo que a localização de empreendimentos turísticos segue as suas directrizes. Até à data, porém, não se encontram nos Serviços quaisquer processos para apreciação.

De notar a este propósito que a Direcção-Geral do Turismo se vê constantemente marginalizada na elaboração de planos, facto agora agravado pela Lei das Autarquias Locais. A proliferação de planos sem obedecerem à égide de uma única entidade tem levado à desconexão e inoperância dos estudos elaborados.

Refira-se a título de exemplo que a área situada entre Lagos e Portimão, uma das que no Algarve e no país, oferece melhores condições para um correcto planeamento, está sujeita à intervenção de cerca de 20 entidades diferentes o que tem conduzido a sobreposições, incompatibilidades na definição de áreas, incompatibilidades de competências. De tal modo que há cerca de três anos o Banco Europeu de Investimentos procura obter uma definição concreta da política a seguir de modo a poder financiar as infraestruturas a lançar e isso ainda não foi conseguido, mau grado todas as tentativas levadas a efeito para obter uma

.../...

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO

-6-

indispensável coordenação!

A Secretaria de Estado do Turismo e a Secretaria de Estado do Planeamento estão procurando conseguir aquela coordenação mas não parece fácil obtê-la.

7. - PLANO TURÍSTICO NACIONAL

No âmbito do Plano de Médio Prazo 77-80, não aprovado pela Assembleia da República, existe um Plano de Turismo para aquele período. A sua execução, porém, depende, obviamente, da execução do Plano Global já que os objectivos visados no sector turístico só podem ser alcançados mediante a adopção de medidas integradas que escapam ao seu domínio.

Não é possível planear no domínio do turismo sem que concomitantemente se planeie nos domínios com ele interligados. De facto não é possível planear, por exemplo, mais 50 mil camas para o Algarve ^{COM} o actual aeroporto e sem que o saneamento básico ou o abastecimento de águas esteja assegurado. Há hotéis construídos no Algarve cujos acessos são feitos por caminhos!

A Secretaria de Estado do Turismo está, porém, em condições de elaborar de imediato um Plano Turístico Nacional. Mas a sua elaboração corre o risco de ser um mero exercício académico tanto mais que a aprovação "das grandes opções correspondentes a cada Plano" compete à Assembleia da República e a sua elaboração tem de ser coordenada pelo Conselho Nacional do Plano.

28.9.79

